O Padre Domingos da Mota Teixeira e a Vigararia do Icó

(Sugestões para algumas pesquisas)

Ao ilustre *Dr. Carlos Studart Filho*

JÚLIO ABREU

Raras, abreviadas e acidentais são as referências que os historiógrafos cearenses fazem ao Padre Domingos da Mota Teixeira, êsse que não quis ser senador do Império, cargo que, assim como o de professor do **Colégio Pedro II**, o Imperador considerava — "duas posições invejáveis no Brasil." (Visconde de Taunay — Reminiscências — cap. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**).

Mas quem era êsse sacerdote, de quem nada ou muito pouco se sabe no Ceará? Qual a sua importância, o seu prestígio ou o seu merecimento, para, sem candidatar-se, ao que parece, ser eleito e escolhido senador por essa Província, quando foi instalado o Senado, em 1826, e que, sob o fundamento de "achar-se alquebrado pelos anos e pelas moléstias", recusou a elevada e honrosa posição vitalícia, que era o fastígio das aspirações dos políticos do antigo regime?

Jurisconsulto e autor de uma obra sôbre jurisprudência, segundo João Brígido, e irmão do magistrado Desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho, presidente da Alçada instalada em Pernambuco e transferida depois para a Bahia com a incumbência de julgar os implicados na Revolução de 1817, o Padre Domingos da Mota Teixeira foi também suspeitado de revolucionário, sofrendo então alguns aborrecimentos.

Na relação das pessoas residentes no interior do Ceará implicadas naquela Revolução, organizada no Crato pelo corregedor Manuel José de Albuquerque, ali mandado para êsse fim, acha-se incluído o Padre Domingos Teixeira, assim: — "N. 2 — Suspeito de Inconfidência o Vigário do Icó, Domingos da Mota Teixeira (retido)". — Barão de Studart — Opúsculo intitulado **3 de maio de 1817. — O movimento de 17 no Ceará** (pág. 48).

João Brígido, em "Apontamentos para a história do Ceará" (Cap. O Movimento de 1817), diz:

> — "O governador (Sampaio) tinha estendido sua rêde até o Icó, onde colheu todos quantos lhe eram desafetos. Foi prêso o jurisconsulto vigário Domingos da Mota Teixeira, que esteve em Fortaleza quase um ano, com ordem de falar ao governador, das 9 do dia às 2 da tarde, e voltou ao Icó sem ter sido recebido, não obstante ser irmão do famoso Bernardo Teixeira, presidente da alçada de Pernambuco".

A circunstância de ser irmão dêsse magistrado português autoriza a suposição de que o Padre Domingos Teixeira era também reinícola. Essa suposição, porém, perde muito de seu motivo, de sua consistência, se considerarmos a carta que lhe fôra dirigida pelo Deão da Sé de Olinda, Dr. Brenardo Luís Ferreira Portugal, um dos procéres da Revolução, inserta na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1917, págs. 59-60, e que para aqui trasladamos:

> — "Patriota Rdo. Domingos da Mota. Vós sabeis por experiência o respeito que sempre vos tive e a consideração que sempre prestei-vos e a tôdas as vossas coisas: eu é verdade que vos fiz favor porque vós ereis Brasileiro (o grifo é nosso), ereis virtuoso por terdes nascido em tão bom clima: ouvi pois, Patriota, ao portador desta, socorrei a vossa Mae Pátria. Protegei a Nossa gde. causa e fazei ver aos nossos irmãos, às vossas Ovelhas, que devem unir-se a nossa causa para sustentarmos a sua liberdade e independência e fazerem tremer os tiranos. — Olda. 8 do 2º mês da nossa liberdade an. de 1718. Do Vosso amo. e obrg. o Patriota Bernardo Fer^a. Portugal".

Perguntamos, pois: onde nasceu o Padre Domingos da Mota. Em Portugal ou no Brasil? Quando e em que caráter veio ter ao Ceará? Quando foi nomeado vigário do Icó?

Em 1800 achava-se êle em Goiás exercendo as funções de "secretário do Govêrno, de professor de filosofia e de vigário da igreja", conforme as Memórias do Padre Luís Antônio da Silva e Souza, na parte referente ao govêrno do capitão-general D. João Manuel de Menezes, transcrita pelo general Couto de Magalhães em seu livro Viagem ao Araguaia (págs. 76 e 78 da 3ª. edição da Biblioteca Brasiliana).

Na lista de donativos para a construção de fortaleza de N. S. da Assunção, extraída pela Secretaria do Govêrno em 6 de abril de 1816 e assinada pelo Oficial da Secretaria Vicente Ferreira de Castro e Silva, no impedimento do Secretário, o Padre Mota Teixeira é um dos subscritores com a declaração de suas funções eclesiásticas: "vigário geral da capitania e vigário da freguesia do Icó". (Revista do Instituto, 1905, pág. 305).

O insigne e inolvidável historiador Barão de Studart, na "Parte Cronológica da Administração de Manuel Inácio de Sampaio (mesma Revista), ano de 1916, págs. 239-240), alude, em data de 27 de abril de 1819, ao "benzimento, pelo pároco do Icó, Domingos da Mota Teixeira, da primeira pedra para a fundação e execução, naquela cidade, de uma capela sob a invocação de N. S. da Conceição do Monte".

De 1824 até 1826 o Padre Domingos da Mota esteve afastado da vigaria, como se vê dos **Extratos dos assentos do antigo senado do Icó, referentes ao período de** 1738 a 1835, publicados pelo Dr. Teberge na Revista de 1911, pág. 272. Um dêsses assentos tem o teor seguinte:

> "7 de outubro de 1826 — Parte de ser instalado no dia 7 de setembro o Conselho da Província. Neste ano o Bispo manda reintegrar na vigararia do Icó a Damingos da Mota Teixeira, esbulhado desde 1824, como português, e lança fóra e anula os atos do atual vigário Vicente José Pereira".

Na Revista de 1924 (Tomo Especial, pág. 159) o Barão de Studart registra, em data de 26 de outubro de 1824, a instalação da celeberrima **Comissão Matuta** do Icó — "sob a presidência do vigário da freguesia Padre Felipe Benicio Mariz", — confirmando assim o afastamento do padre Domingos da Mota.

Não sabemos até quando o antigo secretário do govêrno de Goiás exerceu as suas funções de vigário do Icó, quando e onde faleceu e por quem foi substituido.

Sôbre a vigararia do Icó, sôbre seus párocos posteriores ao Padre Domingos da Mota Teixeira há como que uma certa confusão. Vejamos.

> — "Miguel Francisco da Frota (Pe.) — Filho do tenente coronel Inácio Gomes da Frota e natural de Sant'Ana. Ordenou-se no Seminário de Olinda".
>
> "Foi vigário colado do Icó e de Fortaleza por troca que fez com o Pe. Carlos de Alencar".
>
> "Num reservado do presidente José Bento sôbre as pessoas que mais serviços prestaram por ocasião da epidemia do cólera em 1862, se lê a seguinte referência: — Padre Miguel Francisco da Frota. Vigário colado da Paróquia do Icó. É sacerdote idoso, de bons costumes e respeitável por muitos títulos. Prestou grandes serviços na administração dos Sacramentos em sua Freguesia dia e noite; e quando passou a tormenta no Icó e rebentou na Vila da Telha distante 10 léguas e abandonada do Vigário e Coadjutor, o Padre Frota correu voluntàriamente a socorrer os habitantes daquela Freguesia, que estavam morrendo sem os recursos espirituais. A Comissão da Telha e o Bispo Diocesano tecem elogios ao zêlo e dedicação do Vigário Frota. Merece a Insígnia de Cavaleiro de Cristo ou de Oficial da Rosa, se já tiver aquela condecoração." —
>
> "Sendo um dia chamado a ouvir de confissão a um prêso das cadeias de Fortaleza, êste lhe referiu que, homem rico nos sertões da Bahia, travára rixas com potentados seus visinhos e antes de abandonar o lugar de suas lutas escondera grandes riquezas em um determinado sítio e pediu-lhe que as fizesse descobrir, assentando-se entre os dois os respectivos quinhões; o Padre, sem prévia consulta

> aos seus superiores, abandonou a vigararia, deixou crescer a barba e lá se foi por terra para a Bahia à cata do ilusório tesouro; chegado ao sítio indicado alí arranchou-se e pela madrugada de um dia foi encontrado sem vida, vítima de uns italianos, ladrões, que o supunham algum forasteiro dinheiroso".
>
> "O Revd. Miguel Frota era tio do atual arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé (Vide 1. Vol. pág. 399) e do Rvd. Pe. Frota, de quem me ocupei à pág. 335".

Da redação dêsse artigo do **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense** se infere que o Padre Frota era vigário do Icó e trocara essa freguesia pela de Fortaleza, que vinha sendo regida pelo Padre Carlos de Alencar desde a primeira presidência do senador Alencar, como se vê adeante, foi pois aí em Fortaleza que se deu o caso de ser o Padre Frota chamado para confissão de um prêso da cadeia da Capital e logo em seguida a sua viagem à Bahia, onde foi assassinado.

Mas, contrapondo-se a êsse argumento, há o fato de ainda exercer êle as funções de Vigário do Icó em 1862, segundo a lista das pessoas merecedoras da munificência imperial organizada pelo presidente José Bento.

Como se vê do livro de Viriato Corrêa — **Histórias de Nossa História** (Cap. **O Crime de Pedro Vieira**), em 1829 o Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar era Coadjutor da Freguesia de Laranjeiras (Pernambuco). Mas, alguns anos depois, já estava no Ceará, investido do cargo de vigário de Fortaleza, como passamos a demonstrar.

No livro de João Brígido — **Ceará — Homens e Fatos** — (Cap. **Crônica de Quixeramobim — Muxuré**), há o seguinte trecho:

> — "Na divergência que se dera entre o notável padre Antonio Pinto de Mendonça e o seu irmão em Cristo senador Alencar, no primeiro govêrno dêste, Câmara começou a aparecer na cena política, isto por apresentação daquele oposicionista trêdo e ambicioso, que, por caminhos tortos, chegou às portas do senado".
>
> "Pinto nomeado vigário de Quixeramobim, **por exclusão da Igreja de Fortaleza, que Alencar fez dar a seu primo Padre Carlos Peixoto** (os grifos são nossos), transformou Manuel Torres Câmara em editor responsável da sua política na localidade, fazendo-o nomear coronel da G. N. e referindo tudo quanto, por sugestões pròpriamente suas, se fazia na terra".

É sabido que a primeira Presidência do senador Alencar no Ceará abrangeu o período de 6 de outubro de 1834 a 25 de novembro de 1837, quando passou a administração da Província ao Major Facundo.

Residindo em Fortaleza, o Padre Carlos foi deputado no primeiro biênio da Assembléia Provincial (1835-37) e em alguns outros (Benedito Santos — Revista de 1914) e deputado à Assembléia Geral nas legislatura de 1838-41, de 1842 (dissolvida antes de reunir-se), de 1845-47 e na de 1848 (Afonso de Taunay — Revista de 1908).

Em 1854 ainda continuava o Padre Carlos como vigário colado de Fortaleza, conforme o têrmo de transferência do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário para a nova Matriz de São José, a 2 de abril (Revista de 1892), e a informa-

ção que prestou em 27 de novembro dêsse ano ao Visitador da Província (Cônego Antônio Pinto de Mendonça) sôbre o requerimento de Bernardo José de Melo para construir a Igreja de São Bernardo (Revista de 1900).

Além disso um fato existe comprobatório de que o Padre Carlos ainda morava em Fortaleza em 1860. A 6 de abril dêsse ano, quando não havia telégrafo e as comunicações entre o Ceará e portos do Brasil eram muito demoradas, o Padre Carlos publicava no jornal **O Comercial** substancioso e magistral artigo necrológico, que bem se pode considerar uma biografia de seu querido amigo e parente Senador Alencar, falecido no Rio de Janeiro a 15 de março anterior, artigo com que o saudoso Desembargador Paulino Nogueira encerrou seu importante trabalho sôbre a segunda Presidência de Alencar (Revista de 1900).

Não sabemos quando e onde faleceu o Padre Carlos de Alencar. Podemos, porém, afirmar que o Padre Miguel Francisco da Frota ainda em 1862 (17 de setembro) foi substituido como vigário do Icó pelo seu Coadjutor Padre Manuel Francisco da Frota (Vide **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense** citado, pág. 335-36), a quem, em 1892, conhecemos em Quixadá, de passagem para Fortaleza, ainda no exercício daquele cargo.

Quando, pois, se deu a permuta de freguesias entre os vigários Padre Miguel Francisco da Frota e Carlos de Alencar?

É de causar grande admiração que o Padre Carlos, dotado, como era, de vigorosa inteligência, ilustrado e eloqüente, tendo aspirações políticas que iam sendo satisfeitas, vivendo em um meio mais adiantado e que sabia apreciá-lo, tendo, além disso, muita estima — porque não dizê-lo; — aos seus filhos (D. Bidu, que casou com José Feijó de Melo, José Martiniano Peixoto de Alencar, o bravo alferes porta-bandeira do heróico 26 de Voluntários na Guerra do Paraguai; Napoleão Augusto Peixoto de Alencar, também Voluntário da Pátria; Carlos Augusto Peixoto de Alencar, oficial da Artilharia do nosso Exército; Doninha, casada que foi com Inácio Ferreira Gomes; D. Pastora, casada com Francisco de Alencar Matos; e Fernando Napoleão Augusto de Alencar, (médico), os quais estavam sendo então educados cuidadosamente na capital, de cuja sociedade tornaram-se pessoas de distinção, — causa admiração, repetimos, que o Padre Carlos permutasse sua freguesia pela do Icó, cidade do interior.

E que fatalidade foi essa permuta para o velho vigário Miguel Francisco da Frota, tanto mais quando o abandono de sua freguesia para caír num conto de vigário tão mal engendrado por um prêso da cadeia da capital e que o levou à morte, foi, certamente, ocasionado por grave e lamentável perturbação mental e nunca por avareza, qualidade que não possuiam os membros da família Frota, especialmente os que se dedicavam à carreira eclesiástica, entre os quais podemos citar D. Jerônimo Tomé, o Padre Dr. João Augusto da Frota e aquêle Padre Manuel Francisco da Frota a que acima nos referimos.

É o caso de repetir-se as estrofes do apreciado vate-diplomata luzitano Tomás Ribeiro, em **D. Jaime** (Canto IV — **Doze anos de agonia**):

— "Ha gente escrava de uma estrela infausta,
fixa, imutável, que a domina e vela!
Como sentar-se? se lhe conta os passos!
Como fugir-lhe? se a vigia a estrela!

Voltemos ao Padre Domingos da Mota Teixeira, ou antes, à sua renúncia à senatória pelo Ceará.

Embora abeirando-me dos oitenta anos, se Deus conceder-me a vida por algum tempo mais, traçaremos algumas linhas sôbre essa renúncia que, quase meio século após, ainda foi motivo de acalorada discussão na Câmara dos Deputados Gerais e foi proficientemente analisada pelo inesquecível Desembargador Paulino Nogueira como deputado pelo segundo distrito do Ceará, na legislatura de 1872-73, justificando o parcer da Comissão de Poderes que não aceitou a renúncia do Barão de Mauá, deputado pelo Rio Grande do Sul, proferindo, na sessão de 16 de junho de 1873, o longo e eloqüente discurso que se acha nos respectivos Anais (págs. 319 e 326 do Apêndice do 4º volume).

E aqui encerramos os nossos reparos tendentes à solução das dúvidas neles suscitadas. É de supor-se que venha algum do muitos pesquisadores da história cearense desfazer a nebulosa que envolve tais dúvidas. Assim o esperamos.